

NOTA SOBRE O CONGRESSO INTERNACIONAL HEGEL

Leonardo Vieira
Doutorando na Universidade de Heidelberg

Em promoção da “Internationale Hegel-Vereinigung”, tendo como co-promotores a Academia de Ciências da Universidade de Heidelberg, a cidade de Stuttgart e a universidade de Heidelberg, teve lugar em Stuttgart, no período de 10 a 13 de junho de 1993, o “Congresso Internacional Hegel”, abordando o tema “Conceitos de razão na modernidade”.

A história da Filosofia pode bem ser considerada uma gigantesca discussão em torno do que vem a ser a Razão. Neste sentido, trata-se de um tema que nunca perdeu sua atualidade. Todavia, o final recente de um modelo de racionalidade social, econômica e política constitui, sem dúvida alguma, uma ocasião bastante propícia para repensar o modelo de racionalidade dito derrotado, bem como o modelo de racionalidade dito vitorioso e a(s) alternativas(s) a ambos. Ora, tal discussão não poderia encontrar melhor foro a não ser em debate com aquele sistema de filosofia que não apenas surgiu em uma época de transição entre dois modelos de racionalidade, mas também procurou retrair em poderosas linhas o desenvolvimento da racionalidade ocidental. Entretanto, o congresso, embora patrocinado por uma sociedade de estudos sobre a filosofia de Hegel, não se limitou ao âmbito do sistema filosófico hegeliano. Fiel ao próprio título — *Conceitos de Razão na Modernidade* —, o congresso abrangeu o espectro do que vem a ser racional a partir daquilo que se convencionou chamar Filosofia Moderna, bem como a avaliação destas racionalidades conforme os modelos desenvolvidos na Filosofia Con-

temporânea e, também, segundo os resultados positivos e negativos da experiência da humanidade neste século cujo último decênio vivemos.

O congresso procurou desenvolver este debate através de colóquios de escopo histórico e sistemático, nos quais três ou quatro conferencistas abordavam uma mesma temática. Ao lado destes, o congresso foi enriquecido com foros de conferências curtas e livres, nos quais sete conferencistas debatiam em torno de uma problemática comum, bem como com uma conferência à noite, aberta ao público não necessariamente inscrito no congresso, que encerrava as atividades do dia. Tendo em vista proporcionar uma visão de conjunto do congresso, apresentamos os temas abordados em colóquios, foros e nas conferências da parte da noite.

Dia 10/6: Colóquio I: Razão no Racionalismo e Empirismo pré-críticos; Colóquio II: Racionalidade em Pessoas; Foro de conferências curtas e livres (I): Filosofia Prática; Conferência da noite aberta ao público: Razão, Mito e Modernidade. Precedendo a esta conferência, o presidente do congresso, Prof. Hans F. Fulda, fez a apresentação do mesmo, seguido pelas alocações do ministro da ciência do Estado de Baden-Württemberg, Klaus Trotha, e do prefeito da cidade de Stuttgart, Manfred Romel.

Dia 11/6: Colóquio III: Razão em Kant; Colóquio IV: Racionalidade e Irracionalidade do Consciente e do Inconsciente; Foro de conferências curtas e livres (II): Filosofia Teórica em Hegel; Colóquio V: Crítica da Razão no Século XX (Este colóquio não se realizou); Colóquio VI: Racionalidade na comparação das Culturas; Foro de conferências curtas e livres (III): Filosofia Prática em Hegel; Conferência da noite aberta ao público: Iluminismo através do Direito.

Dia 12/7: Colóquio VII: Crítica ou Destruição da razão após Hegel?; Colóquio VIII: O Lugar da Razão na Eticidade; Foro sobre a Pesquisa de Edição; Colóquio IX: Razão após o Pós-Modernismo; Colóquio X: Razão dentro e fora da Ciência; Foro de conferências curtas e livres (IV): Estética Filosófica; Conferência da noite aberta ao público: Entre Racionalismo e Empirismo: O Caminho da Física.

Dia 13/7: Colóquio XI: A Razão e o Racional no Pensamento de Hegel; Colóquio XII: Racionalidade e Irracionalidade de Sistemas Sociais; Foro de conferências curtas e livres (V): Razão e Conhecimento da Natureza.

Tendo em vista a impossibilidade, considerando os limites deste texto, de abordar tudo aquilo que foi discutido neste congresso, limitar-me-ei à apresentação, em suas linhas principais, da conferência de Mall¹, intitulada "Relativação intercultural da Ra-

1. Para um aprofundamento do pensamento de Mall, cf. MALL, R. A.; HULSMANN, H., *Die drei Geburtsorte der Philosophie*, Bouvier, 1989; MALL, R. A., *Der operative Begriff des Geistes*, Alber, 1984, e, MALL, R. A., *Indische Schöpfungssysteme. Eine Einführung*, Bouvier 1982.

ção". Com efeito, não só o tema enquanto tal, tornado atual pelo intenso contato entre as culturas, desafiando, desta forma, a filosofia a pensar o ser mesmo da racionalidade, mas a própria proveniência do conferencista, Índia, cuja tradição religiosa, filosófica, social e política foi severamente criticada por Hegel — o que, de um modo geral, pode ser estendido à atitude de Hegel diante da cultura oriental como um todo fazia esperar uma interessante reflexão acerca do que vem a ser racional.

De fato, a expectativa do público não foi frustrada. Mall advoga a causa da Razão enquanto fato que se estende a todos os povos, para além de todo etnocentrismo, seja europeu ou asiático. Neste sentido, ele se posiciona contra aquilo que denomina idealização da Razão, a saber, a afirmação de uma única e idêntica Razão, seja no nível intra- ou intercultural. No nível intracultural, por exemplo, e permanecendo apenas dentro da tradição cultural européia, Mall se pergunta: há apenas uma forma de racionalidade de Sócrates a Jaspers? Ele também questiona a tese segundo a qual a Razão está ausente de várias tradições culturais — tese esta que traz em seu bojo um modelo já acabado do que vem a ser racionalidade.

As perguntas que Mall se dispõe a responder são: Há uma universalidade da razão? Em caso afirmativo, onde reside tal universalidade? Como esta universalidade é produzida?

Na busca de respostas as estas perguntas, Mall recusa o ancoramento da razão seja em princípios teológicos, seja em princípios metafísico-especulativos. Quer encontrá-lo em princípios antropológicos, mas fazendo uma ressalva: não se trata de princípios antropológicos eternos, mas de tais que estão em devir.

Mall realiza, em primeiro lugar, *via negationis*, uma delimitação do que vem a ser filosofia intercultural. Esta não é uma convenção filosófica, filosofia de determinada cultura ou mesmo um ecletismo construído a partir de várias tradições filosóficas. Ela não é também uma abstração formal e axiomática, uma reação ao pluralismo cultural de fato existente e nem mesmo um romantismo cultural no sentido de uma busca do exótico. A filosofia intercultural é, em segundo lugar, em sua delimitação positiva, cultura, atitude e convencimento filosóficos que não são privilégios de nenhuma cultura em particular. Ela traz em si a marca do conflito, visto que pretende trazer à luz tradições filosóficas não-européias ignoradas, mal-entendidas e reprimidas. No entanto, ela pretende também, com o instrumental específico de cada cultura, apresentar as questões filosóficas, bem como as respostas às mesmas formuladas pelas filosofias extra-européias. Além disso, a filosofia intercultural nasce como uma proposta emancipatória, a saber, libertar-se das imagens plasma-

das pela filosofia européia acerca das culturas filosóficas extra-europeias. Por exemplo, os indianos não desenvolvem uma indologia tal como esta é levada a cabo pelo europeus.

A filosofia intercultural deve ser, portanto uma história da filosofia orientada interculturalmente. Neste sentido, ela deve posicionar-se criticamente diante das afirmações tais como: a expressão filosofia ocidental é uma tautologia, visto que filosofia só pode ser filosofia ocidental. Ao contrário, ela deve e tem de mostrar o caráter intercultural da filosofia, de tal forma que, como salienta Mall, o adjetivo intercultural torna-se tão ou, às vezes, até mais importante que o substantivo filosofia.

O caráter transcultural do aparato conceitual e formal das ciências da natureza e da tecnologia não deve ser confundido com a interculturalidade no setor da ciências sociais. Diferentemente das primeiras pressupõem as segundas uma cultura filosófica interna da interculturalidade. Entre outros fatores, isto explica a razão pela qual técnicos, matemáticos e físicos de diferentes círculos culturais podem conduzir com relativo sucesso uma conversa referente à sua área de atuação, enquanto filósofos, teólogos e políticos encontram enormes barreiras para superar a especificidade de seu universo cultural.

Em virtude disto, a filosofia intercultural tem de contentar-se com uma modéstia teórico-cognitiva. Conseqüentemente, ela tem também de recusar de antemão um sistema conceptual já acabado e fundamentado. De fato, ela investiga e analisa as diferentes filosofias, reconhecendo a especificidade das mesmas. Ao mesmo tempo, no entanto, ela reconhece que estas filosofias não são tão radicalmente diferentes, de forma que seja impossível pressupor, no sentido de uma idéia regulativa, uma filosofia verdadeira.

Visto que o emprego do conceito de razão deixa transparecer, tanto em nível inter como intracultural, diferenças, Mall procura delimitar algumas significações do que se tem em mente quando se emprega o termo razão. Ele apresenta tanto traços cognitivos como descritivos. Racionalidade não designa apenas uma faculdade reflexiva de pensar, mas também certa atitude, um modo de comportamento na moral, ciência e política. Além disto, racionalidade significa também uma disposição no gênero humano, para além dos limites culturais e étnicos. Finalmente, racionalidade representa também o desempenho da Razão para a projeção de sistemas na filosofia, bem como o desempenho da Razão nas realizações do homem na ciência e na tecnologia.

Na busca de resposta à pergunta acerca de critérios aceitáveis universal e unilateralmente, capazes de determinar a raciona-

lidade ou irracionalidade de diferentes mundos da vida e culturas, somos confrontados com dois extremos de racionalidade. De um lado, uma racionalidade sedimentada culturalmente, antropologicamente e localizada. Este tipo de racionalidade, no entanto, apresenta profundas divergências que dificultam a determinação dos critérios exigidos para a resposta à pergunta proposta. A filosofia do Tao, por exemplo, lembra Mall, não foi de forma alguma unitária. Entre Platão e os Sofistas constata-se também conflitos acerca do que vem a ser racionalidade. Em suma, esta racionalidade peca por seu extremo particularismo.

De outro lado, temos uma racionalidade lógico-formal, de natureza pragmática, dedutiva, axiomática. De fato, este tipo de racionalidade apresenta o supremo grau pensável de racionalidade, o qual certamente seria um candidato promissor para os critérios exigidos. No entanto, a grandeza desta racionalidade é, ao mesmo tempo, a sua debilidade, já que o formalismo ao qual ela submete a racionalidade abstrai de todo aquele conteúdo que a interculturalidade da racionalidade procura estabelecer. A interculturalidade da racionalidade, salienta Mall, deve, portanto, ser caracterizada por pontos de convergência ou entrecruzamento (*Überlappungen*).

Tais pontos de convergência entre as culturas não poderiam constituir objeto de uma racionalidade formalista, uma vez que esta racionalidade submete os conceitos e até mesmo a racionalidade enquanto tal a uma estrutura lógico-formal, a qual, por fim, acaba por colocar de lado a pluralidade das culturas da qual uma filosofia intercultural tem necessariamente de partir.

Esta racionalidade formalista é, de fato, um caso particular de um todo bem mais complexo. Na verdade, a racionalidade formalista como um dos exemplos de uma filosofia da identidade ou de um absolutismo da Razão tende a fazer de outras filosofias apenas um eco de sua própria voz. Tal absolutismo constata Mall no *Logos* greco-europeu, o qual por motivos propriamente extra-filosóficos, tentou e, em parte, conseguiu, impor-se como forma de Razão por excelência. Ora, este *Logos* tornou-se absolutista, na medida em que rejeitou outras formas de racionalidade que não se enquadrassem nos parâmetros que ele mesmo definiu como universalidade da Razão.

O que está em jogo na pretensão de uma filosofia da identidade é a relação entre Razão e experiência. Aquela considera Mall como capacidade e prontidão para aprender a partir desta. A razão torna-se, por assim dizer, grávida da experiência, sendo ocasionada pela experiência, mas não causada mecanicamente pela mesma. Como consequência desta abordagem da Razão para

uma filosofia intercultural, aponta Mall para o fato de que esta filosofia não pode prescindir de círculos de congruência legitimados pela experiência. Afinal, nenhuma filosofia pode desenraizar-se do solo cultural no qual ela surgiu, desenvolveu-se e conheceu o seu ocaso.

Mas, então, surge a questão: o que vem a ser uma Razão intercultural apresentando pontos de congruência?

Trata-se, segundo Mall, de uma razão metonímica. Esta carece, de fato, de uma tradição filosófica e cultural, mas, no entanto, esta razão não é totalmente absorvida por esta tradição, já que ela não deve esgotar-se em uma figura determinada do seu manifestar. Aprofundando este conceito de razão metonímica como racionalidade de uma filosofia intercultural, afirma Mall que o metonímico difere do metafórico não tanto pela recusa da significação literal de uma palavra, mas sim pelo fato de riscar aquilo que não é pertinente, visto que a razão metonímica visa identificar justamente os pontos de congruência entre as culturas. Isto não significa, no entanto, que a unidade buscada por tal razão exista como uma metafísica a priori, nem como uma esfera transcendental para além de toda experiência, mas como um encontro tolerante e pessoal entre nossos modelos de percepção marcados pela perspectiva e nossas vontades de comunicação necessárias para a vida.

A razão intercultural perfazendo pontos de convergência tem uma fundamentação transcendental-empírica. Fundamentação transcendental aponta para as condições sob as quais o conceito de uma razão intercultural apresentando pontos de convergência chega a realizar-se, enquanto a fundamentação empírica procura mostrar que em diferentes tradições perguntas filosóficas semelhantes acerca do fundamento, sentido, validade e justificações também são formuladas.

Mall apresenta, tendo em vista um debate, quatro paradigmas de explicação para a realização de uma razão intercultural. A realização de uma razão intercultural orientada empiricamente e ancorada antropológicamente torna-se possível em virtude de fatores comuns, a saber, biológicos, fisiológicos, psicológicos e culturais, os quais constituem o solo comum da experiência humana. Apoiado nestes fatores é possível falar de modelos de uma razão intercultural orientada segundo pontos de convergência.

O primeiro modelo é o antropológico. Para além da diversidade das culturas e filosofias podem, segundo Mall, no homem, enquanto ser genérico, ser encontradas estruturas comuns no que diz respeito a valores, formulação de questões e respostas às mesmas. Mall pensa encontrar, segundo a lógica deste modelo,

pontos de convergência que não apontam tanto para conteúdos, mas para um lado estrutural da Razão, o qual aparece como uma quase-universalidade.

O segundo modelo é oferecido pela evolução biológica. As constantes na experiência humana não são encontradas apenas no nível cultural, mas também no nível natural. O acervo cognitivo da humanidade no que diz respeito à biologia mostra que, apesar das diferenças entre as raças, os desvios não são tão consideráveis e radicalmente diferentes que impeçam identificar pontos de convergência.

O terceiro modelo é o da evolução das culturas. A assim denominada natureza humana não conhece apenas uma dimensão fisiológica, mas também uma história e produções culturais. Assim sendo, a natureza humana é uma co-presença, a saber, uma simultaneidade de elementos naturais e culturais. Paralelamente aos padrões de explicação biológica, a teoria da evolução das culturas evidencia as diferenças culturais do agir humano, que se desenvolveram, na medida em que se afirmaram enquanto tais e, assim sendo, podem ser objetos de investigação.

O quarto modelo é constituído pelo interesse próprio cuja finalidade é a realização de fins "egoístas". Este modelo acentua a necessidade de um pensamento calculador na produção de círculos de convergência. Ele também exige uma estratégia inteligente, de tal forma que o outro possa alcançar a satisfação de suas carências e não apenas as do próprio ego. Não é, portanto, o amor ao próximo ou a simpatia inata que irão produzir estes círculos de congruência, mas sim o interesse buscado por cada um.

O próprio autor reconhece o caráter bastante genérico e insuficiente destes modelos. No entanto, ele chama atenção para o fato de que o diálogo intercultural vive de uma indeterminação produtiva, que Mall, citando Peirce, qualifica como a abertura rica de interpretações divergentes.

Como último tópico de sua conferência, aborda Mall a relação entre razão intercultural e temor ao relativismo.

A sua proposta de uma razão intercultural leva o autor a posicionar-se criticamente ante um filósofo como Husserl, o qual afirmava haver uma *εντελεχεια* inata à humanidade européia, de tal forma que era mais viável à humanidade tornar-se européia do que aos europeus tornarem-se, por exemplo indianos. Mall se pergunta se não encontramos aqui uma nova edição da teoria das idéias inatas. Além do mais, parece Husserl querer retomar o eurocentrismo do seu compatriota, Hegel, o eurocêntrico por excelência.

Na reflexão hermenêutica acerca de uma razão intercultural, não são negados a historicidade, temporalidade e o linguajar próprio das figuras sedimentadas da Razão. No entanto, o autor aponta uma limitação desta reflexão, a saber, o fato de que ela procura o caráter comum, presente em várias tradições culturais, das respostas dadas pela razão em sua longa história, quando, na verdade, segundo Mall, o que é comum, consiste na necessidade de explicações e legitimações, a busca pela unidade e reconciliação.

Na razão comunicativa, tal como ela é tematizada por Habermas, a saber, como unidade da Razão na multiplicidade de suas vozes, Mall vê elementos positivos, caso ela tenha vista pontos de convergência entre as culturas, pontos estes resultantes da comunicação entre atores destas culturas.

Mall considera a revolta pós-moderna contra a modernidade como uma crítica à falsa absolutização de uma razão local, via de regra, a razão greco-européia, visto que esta razão não se dá por satisfeita com uma razão intercultural abrangendo círculos de congruência. O que o autor denomina relativização intercultural da razão procura, entre outras coisas, evitar tal absolutização. Daí, portanto, sua crítica às posturas por ele denominadas essencialistas e fundamentalistas, que advogam a tese de que determinada cultura possa ser o local único e privilegiado de manifestação de uma razão única e universal. Daí, também, a crítica de Mall à assim chamada "crise da Razão", pois segundo ele, não a Razão está em crise, mas uma de suas manifestações, a saber, a européia.

Em sua concepção de uma racionalidade intercultural, Mall aproxima-se da universalidade concreta hegeliana. A razão intercultural pode ser entendida como uma universalidade que se particulariza em várias manifestações, mas, ao mesmo tempo, transcende toda particularização cristalizada do seu aparecer. No entanto, o erro de Hegel, segundo Mall, consistiu em privilegiar uma destas particularizações, depois de ter exposto o particular do universal nas diversas tradições culturais. O espírito do mundo (*Weltgeist*) ter-se-ia cristalizado na sua sombra européia.

Finalizando, reafirma Mall a sua tese de que a universalidade da razão intercultural não é extrema aos atores que produzem tal racionalidade. Ao contrário, projetando-se para além de todo formalismo, essencialismo e fundamentalismo, ela é a universalidade de círculos de convergência vivenciadas por seus fautores.

Endereço do autor:
Karlstrasse, 5
3501 Fuldataal — Simmershausen
Alemanha